

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
---	----------------------	-----------------



9

PARTE I – Duração: 2 horas

A sociedade 7evenStars Hotel – Serviços de Hotelaria S.A., constituída em 12 de janeiro de 2014, (adiante designada por 7evenStars Hotel S.A.) tem sede em Loulé e mantém, desde a sua fundação, os mesmos cinco acionistas, todos administradores: Álvaro Alves, Bruno Brito, Carlos Costa, Diogo Dias e Eduardo Elias. A 7evenStars Hotel S.A. está enquadrada no regime normal do IVA e no regime geral de IRC, sendo o período de tributação coincidente com o ano civil.

O capital social da 7evenStars Hotel S.A. é de 400.000 € (dividido em ações com o valor nominal de 1 €/cada) e está repartido de forma igual pelos cinco acionistas. No momento da realização daquele capital, o acionista Bruno Brito efetuou uma entrega por cheque superior em 25.000 € ao valor do capital que havia subscrito, montante que foi objeto de um contrato de suprimentos.

O total do balanço da 7evenStars Hotel S.A. nunca ultrapassou os 3.200.000 € e o volume de negócios líquido nunca ultrapassou os 6.000.000 € (excluindo o IVA).

Aproveitando o crescimento do setor do turismo em Portugal, os acionistas da 7evenStars Hotel S.A. decidiram expandir o negócio e apostar no setor da restauração. Aproveitando algum *know-how* adquirido no setor, fruto de um restaurante que detêm na região de Faro, os cinco acionistas pretendem agora investir no segmento da restauração de luxo.

Com vista a implementar esta aposta, os cinco acionistas decidiram convidar um amigo de longa data - Fernando Fonseca - para com eles abraçar este novo projeto, de que resultou a constituição, em 2 de janeiro de 2017, da Villalux, Lda., com sede em Vilamoura e cujo objeto social é a prestação de serviços de restauração.

O novo sócio, Fernando Fonseca, para além de amigo dos restantes cinco sócios, é também Contabilista Certificado, sendo desde a constituição da sociedade o único gerente da Villalux, Lda..

O capital social da Villalux, Lda. é de 60.000 €, está dividido em quotas de igual montante pelos seis sócios e foi integralmente realizado, com exceção do sócio Fernando Fonseca que apenas realizou a parte mínima exigida por lei.

O período de tributação da Villalux, Lda. coincide com o ano civil, não estando a sociedade sujeita a revisão legal de contas.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
---	----------------------	-----------------



Aquando da constituição da Villalux, Lda., os sócios decidiram que o restaurante não funcionaria com marca própria, tendo adquirido o direito de utilização de uma marca, muito conceituada no segmento de luxo e fortemente implantada em outros mercados.

Questão 1.:

Relativamente à 7evenStars Hotel S.A., qual o enquadramento contabilístico que deverá ter sido adotado?

- Teuho dúvidas
se por se um SA
é obrigada a
NCRF
após 1991
72015 altera*
- a) Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).
 - b) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).
 - ☒ c) **Norma Contabilística** e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), podendo optar pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).
 - d) Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME).✗

Conforme mencionado, a 7sevenStars Hotel, S.A. dedica-se à atividade hoteleira.

Questão 2.:

O serviço de alojamento inerente à atividade económica exercida pela 7sevenStars S.A. em Portugal está, para efeitos de IVA:

- a) Não sujeito, uma vez que a 7sevenStars, S.A. exerce funções no âmbito dos poderes de autoridade.
- ✓ b) Sujeito mas isento ao abrigo do artigo 9.º do Código do IVA, por se tratar de locação de bens imóveis.
- ☒ c) **Sujeito e não isento**, por se tratar de um serviço de alojamento no âmbito da atividade hoteleira.
- d) Não sujeito, pelo facto de não poder ser considerado um serviço localizado em território nacional face aos clientes de diferentes nacionalidades que possui.

No desenvolvimento da atividade e fruto das necessidades identificadas pela Administração da empresa, foi decidido ampliar os espaços de apoio a eventos. Na sequência desta tomada de decisão, uma empresa, com sede em Aveiro, que se dedica à realização de empreitadas de construção civil, tomou de empreitada a construção de um anexo para apoio a eventos realizados nos jardins do hotel que a 7evenStars, S.A., possui em Portugal. Sabe-se que o valor

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
---	----------------------	-----------------



4

da empreitada contratada foi de 150.000 €, assumindo a 7evenStars S.A o compromisso de efetuar um adiantamento no valor de 30.000 €, aquando da adjudicação da obra.

Questão 3.:

No que se refere ao caso concreto do adiantamento:

- a) Não deve haver liquidação do IVA no adiantamento mas unicamente na fatura a emitir aquando da conclusão das obras.
- b) O IVA deve ser liquidado na fatura a emitir pelo prestador de serviços, sujeito passivo na operação.
- ☒ c) O IVA deve ser liquidado pelo adquirente do serviço, sujeito passivo na operação, o qual tem direito à respetiva dedução.
- d) O IVA deve ser liquidado pelo adquirente do serviço, sujeito passivo na operação, o qual não tem direito à respetiva dedução.

Para além da qualidade das suas instalações, a entidade aposta em prestar um serviço excecional aos seus clientes. Para tal, o hotel possui um conjunto de produtos de acolhimento e *amenities* (gel de banho, champô e leite corporal) de grande qualidade. Como estratégia de diferenciação, o hotel pretende oferecer aos seus clientes uma linha de *amenities* especialmente direcionada para as crianças.

Questão 4.:

Os gastos suportados com as *amenities* devem ser classificados como um:

- a) Gasto misto ou semi-variável. *excluída sk*
- b) Gasto fixo. *excluída sk*
- c) Gasto variável.
- d) Nenhuma das anteriores.

O hotel da 7evenStar S.A. possui também uma Lavandaria para lavar toda a roupa do próprio hotel, prestando ainda serviço de lavagem das peças de roupa dos hóspedes, cobrando uma taxa extra para o efeito.

em resposta!
NR

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
---	----------------------	-----------------



2

Questão 5.:

Na Contabilidade Analítica do hotel esta rubrica da Lavandaria deverá ser considerada como:

- a) Gasto financeiro.
- b) Gasto distribuição.
- c) Gasto administrativo.
- ☒ d) **Custo das vendas e dos serviços.**

A aposta na diferenciação e excelência do serviço prestado tem sido uma constante no planeamento estratégico da empresa. No entanto, no ano de 2017, a mesma sofreu um ligeiro revés, quando em virtude do calor excessivo que se fez sentir em Portugal em junho, conjugado com a avaria do sistema de refrigeração na cozinha do hotel, ocorreu a destruição de diversos alimentos que seriam usados na confeção dos pequenos almoços a servir aos clientes, por terem ficado impróprios para consumo.

Questão 6.:

No mês de junho, o reconhecimento contabilístico daqueles alimentos destruídos implicou a movimentação das seguintes contas:

- ☒ a) Débito da "6841 Outros gastos - Perdas em inventários - Sinistros" e crédito da "383 Reclassificação e regularização de inventários e ativos biológicos - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo".
- b) Débito da "652 Perdas por imparidade - Em inventários" e crédito da "339 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Perdas por imparidade acumuladas".
- c) Débito da "652 Perdas por imparidade - Em inventários" e crédito da "331 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Matérias-primas".
- d) Débito da "6841 Outros gastos - Perdas em inventários - Sinistros" e crédito da "331 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Matérias-primas".

A aposta na excelência passa também pela formação contínua dos seus quadros. Neste contexto, o Contabilista da 7evenStars S.A. participou num curso de formação sobre sistemas de avaliação de desempenho, onde foram apresentadas várias ferramentas de avaliação de desempenho e de gestão estratégica, entre as quais o *Balanced Scorecard*. Ao constatar que a referida ferramenta poderia ser de grande utilidade para a avaliação da *performance* do hotel,

*é/duvidas
escolha a
que deve
ir à conta
de regularização*

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
--	----------------------	-----------------



a Administração iniciou o seu processo de implementação, tendo definido como um dos objetivos estratégicos o aumento das vendas na denominada “época baixa”, e como indicador chave de desempenho (KPI) a taxa de ocupação nesse período.

Questão 7.:

O referido indicador enquadra-se na perspetiva denominada:

a) Aprendizagem e Crescimento.

b) Financeira.

c) Clientes.

☒ d) Processos Internos.

Agora a responsabilidade é da taxa de ocupação do ambiente de performance do cliente e nunca P. Internos

Tendo como política de gestão de recursos humanos a aposta no regime de exclusividade de todos os colaboradores, este apenas não é extensível a um dos administradores, Bruno Brito. Este administrador da 7evenStars S.A., auferiu no ano de 2017, fora do âmbito do exercício da sua atividade empresarial e profissional, diversos rendimentos.

Questão 8.:

Os rendimentos acima referidos compreendem rendimentos prediais, no valor anual de 5.500 €, bem como rendimentos de capitais no montante anual de 5 000 €. Assim:

a) Bruno Brito pode optar pelo englobamento dos rendimentos da categoria F e não da categoria E.

b) Bruno Brito está obrigado ao englobamento dos rendimentos da categoria F e da categoria E.

☒ c) Bruno Brito está obrigado ao englobamento apenas dos rendimentos da categoria F.

☒ d) Bruno Brito pode optar pelo englobamento dos rendimentos da categoria F e da categoria E.

Após um ano de sucesso do ponto de vista operacional e de crescimento, subsistiam, a 31 de dezembro de 2017, algumas dúvidas com questões de natureza contabilística e fiscal, associadas ao processo de encerramento de contas.



Q

A primeira questão encontra-se relacionada com a mensuração de um sistema de extração de fumos que havia sido adquirido em 10 de dezembro de 2015 por 246.000 € (IVA incluído à taxa normal).

$$\frac{246.000}{1,23} = 200.000$$

Na referida data, definiu-se para aquele sistema uma vida útil de dez anos e um valor residual de 12.000 €. O referido equipamento apenas ficou disponível para uso em fevereiro de 2016. A sociedade adota o método da linha reta no cálculo das depreciações, numa base anual.

Uma vez que parte significativa do equipamento (concretamente, o exaustor) necessita de ser substituído em intervalos regulares, de cinco em cinco anos, adquiriu-se na mesma data do equipamento (e para além deste), um exaustor adicional por 75.645 € (IVA incluído à taxa normal).

$$75645/1,23 = 61.500$$

A 7evenStars S.A. adquiriu, ainda, um conjunto de pequenas peças para manutenção interna do equipamento, cujo dispêndio ascendeu a 1.200 €. A 31 de dezembro de 2017, as referidas peças para manutenção ainda não haviam sido aplicadas.

→ peças que não foram utilizadas e exaustores!

Questão 9.:

O valor que deverá figurar no Balanço da 7evenStars Hotel S.A. reportado a 31 de dezembro de 2017, relativamente aos ativos fixos tangíveis acima descritos, deve ser:

a) - 223.900 €.

b) 211.600 €.

c) 160.000 €.

d) Nenhuma dos anteriores.

$$QE = 200.000 + 61.500 - 37.600 = 223.900$$

$$tx = 91, VR = 12.000$$

$$QD = QD - VR$$

$$2014: QD = 200.000 - 12.000 = 188.000$$

$$2016 = 188.000 \times 91 \times 2 = 376.000$$

$$163.800$$

A 7evenStars S.A. decidiu adotar, no encerramento das contas do ano 2017 e após a contabilização das depreciações do período, o modelo de revalorização como política de mensuração subsequente dos seus edifícios.

O único edifício que a entidade detém, e onde funciona o hotel que explora, foi adquirido em fevereiro de 2014, tendo sido reconhecido inicialmente por 620.000 € (dos quais 155.000 € corresponde ao valor do terreno) e ficado imediatamente disponível para uso.

Nessa data foi estimada uma vida útil de 50 anos para o edifício, não existindo qualquer valor residual. A sociedade adota o método da linha reta no cálculo das depreciações, numa base duodecimal, para esta classe de ativos.

Em 31 de dezembro de 2017, o justo valor do edifício (terreno incluído), com base no parecer de um perito avaliador independente, ascendia a 840.000 €.

$$2014: QE = 620.000$$

$$\text{Em } 2017: QE = 620.000 - 36.425$$

$$= 583.575$$

$$QE < JV \text{ Ex Rev} = 840.000 - 583.575 = 256.425$$

$$QE = 583.575 + 256.425 = 840.000$$

$$tx = 2\%$$

$$DA = 465.000 \times \frac{11}{12} \times 0,02$$

$$\Rightarrow 8525 \text{ (2014)}$$

$$\Rightarrow 9300 \text{ (2015)}$$

$$\Rightarrow 9300 \text{ (2016)}$$

$$\Rightarrow 9300 \text{ (2017)}$$

$$6 DA = 36.425$$

Usar no balanço
mas ativo a 100%
e 100% a 100%
Final - NR

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
---	----------------------	-----------------



Questão 10.:

Relativamente ao edifício acima mencionado:

- a) Deve ser reconhecido em 2017 um rendimento de 256.425 €.
- b) A quantia escriturada do edifício em 31 de dezembro de 2017 deve ser de 428.575 €.
- ✓ c) Deve ser reconhecido em 2017 um excedente de revalorização de 256.425 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

Após o esclarecimento das questões de natureza contabilística, subsistiam ainda questões de natureza fiscal que os administradores pretendiam ver esclarecidas. Sabe-se que o resultado líquido do período da 7sevenStars S.A., relativo a 2017, se encontra influenciado por um ganho por aumento do justo valor de 28.000 € em instrumentos financeiros, referente a um lote de

ações, de uma entidade cotada, adquiridas em junho de 2017, correspondente a 0,02% do

capital social desta. *Artº 18 CIRC Os ajustamentos de aplicação em justo valor não concorrem para FGA-LR, sendo distribuídos como rendimento no período (...), exceto quando:*

a) respeitarem a instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor (...), e o SP *Artº 18 CIRC* não detinha uma participação $\geq 5\%$. Ora se a participação é 0,02 $\approx 2\%$

Relativamente ao apuramento do lucro tributável de 2017 da 7sevenStars S.A.:

o concorre!

- a) O ganho de 28.000 € concorre para o apuramento do lucro tributável apenas no momento da alienação do instrumento financeiro.
- ✓ b) O ganho de 28.000 € concorre para o apuramento do lucro tributável.
- c) O ganho de 28.000 € não concorre para o apuramento do lucro tributável.
- d) O ganho de 28.000 € concorre em 50% para o apuramento do lucro tributável.

Também no âmbito das dúvidas de natureza fiscal, em 2017, a 7sevenStars S.A., reconheceu na sua contabilidade uma perda por imparidade, no valor de 20.000 €, referente a uma dívida de um administrador da empresa, na sequência de um empréstimo a este efetuado, em mora há 10 meses. *=> 25%*

Questão 12.:

O montante da perda por imparidade não aceite para efeitos fiscais foi de:

- a) 5.000 €.
- ✓ b) 20.000 €.
- c) 15.000 €.
- d) 10.000 €.

Artº 28 B n.º 2 e n.º 3 => não são consideradas como perdidas as dívidas creditadas sobre pessoas singulares ou coletivas (...), ou sobre membros dos seus órgãos sociais. Salvo nos casos previstos em a) e b) n.º 1

Os administradores na SA são O. Sociais

caso tenham reclamado judicialmente

logo não é aceite a totalidade de Imparidade = 20.000€

enviado para a OC



Esclarecidas todas as questões, foi decidido efetuar uma análise aos dados relativos ao exercício de 2017, tendo sido desde logo identificado que a 7evenStars S.A. vendeu 6.000 dormidas no decorrer do ano. O preço médio cobrado pelo hotel por dormida foi de 80,00 € e a margem de cobertura ou contribuição ascende a 40%.

$$\text{Margem de Cobertura} = \frac{\text{Vendas} - \text{Custos Industriais}}{\text{Vendas}} \\ 0,4 = \frac{(6000 \times 80) - \text{Custo Ind.}}{6000 \times 80}$$

Questão 13.:

Sabendo que os custos fixos ascenderam a 140.000,00 €, a Margem de Segurança em Quantidade é de:

- Que não de
de custos
fixos eu!*
- a) 1 750 dormidas.
 - b) 1 000 dormidas.
 - c) 1 500 dormidas.
 - d) 1 625 dormidas.

$$MC = \frac{(P \times Q) - CVU}{(P \times Q)} \Rightarrow 0,4 = \frac{(6000 \times 80) - CVU}{6000 \times 80}$$

$$192.000 = 360.000 - CVU$$

$$CVU = 360.000 - 192.000 = 168.000$$

$$CVU = 168.000 / 6000 = 28$$

$$Q' = \frac{140.000}{(80 - 28)} = 4.375$$

$$MS = \frac{Q - Q'}{Q'} = \frac{6000 - 4375}{4375} = 1,625 //$$

Com a constituição da Villalux, Lda, surgiu não só um novo conjunto de desafios em termos operacionais, como também um conjunto de questões que suscitaram interrogações.

Relativamente ao processo conducente à abertura do restaurante de luxo pela Villalux, Lda., foi adquirido em 10 de janeiro de 2017 o direito de utilização de uma marca por 120.000 €. O contrato prevê a utilização da marca pelo período de dez anos.

Com vista a formalizar o negócio, a Villalux, Lda. contratou um consultor jurídico para tratar de todos os aspetos de natureza legal, tendo o mesmo feito saber que os seus honorários ascenderiam a 3.000 €, acrescidos de IVA à taxa de 23% e sujeitos a retenção na fonte à taxa de 25%.

A Villalux, Lda. teve ainda de suportar outros dispêndios diretamente relacionados com a transação, que ascenderam a 250 €.

Questão 14.:

Na contabilização da aquisição do direito de utilização da marca, dos honorários e dos outros dispêndios relacionados com a transação, a Villalux, Lda. deverá ter reconhecido:

- divididos se os
por 250€
diretamente
relacionados
+b
somam.*
- a) Um ativo intangível de 123.250 €.
 - b) Um ativo intangível de 120.000 € e um gasto do período de 3.250 €.
 - c) Um ativo intangível de 123.000 € e um gasto do período de 250 €.
 - d) Nenhuma das anteriores.

Honorários somam!



9

Ainda relativamente ao processo de aquisição do direito de utilização da marca, o IRS retido sobre os honorários do consultor jurídico deve ter sido reconhecido:

Questão 15.:

- ✓ a) A crédito da conta "242 Estado e outros entes públicos - Retenção de impostos sobre rendimentos".
- b) A débito da conta "241 Estado e outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento".
- c) A débito da conta "242 Estado e outros entes públicos - Retenção de impostos sobre rendimentos".
- d) A crédito da conta "241 Estado e outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento".

Logo após o início de atividade da Villalux, Lda., foi celebrado um contrato de locação financeira de uma viatura ligeira de passageiros, pelo valor de 42.000 €. Neste caso, a questão que suscita dúvidas entre os sócios da Villalux, Lda, prende-se com o pagamento das rendas e com o seu reconhecimento contabilístico.

Questão 16.:

O pagamento de cada uma das rendas da locação financeira implica o reconhecimento, entre outros, de um débito:

- a) Na conta "691 Gastos de financiamento - Juros suportados", apenas pelo valor do juro, IVA excluído.
- b) Na conta "2513 Financiamentos obtidos – Instituições de crédito e sociedades financeiras – Locações", pelo valor da amortização do capital.
- c) Na conta "2432 Estado – IVA dedutível", pelo valor do IVA da renda, calculado sobre o juro e sobre a amortização do capital.
- d) Nenhuma das anteriores.

A Villalux, Lda. efetuou, a 1 de maio de 2017, um acordo com um cliente relativo a um contrato de prestação de serviços de alimentação, por um período de um ano, no montante total de 12.000 € (IVA não incluído).

No final do ano de 2017, a Villalux, Lda. havia faturado e recebido 80 por cento do valor acordado com o cliente quando a Villalux, Lda. apenas havia prestado 50 por cento dos serviços contratualizados.

€ 12.000
 01/05/2017 | 01/05/2018
 12/2017
 D 21 - 9600
 C 71 - 6000
 C 28 - 3600



Questão 17.:

Em 2017, o valor do rédito reconhecido, relacionado com o contrato, deverá ter sido de:

- a) 14.760 €.
- b) 12.000 €.
- c) 9.600 €.
- d) 6.000 €.**

Em outubro de 2017, Fernando Fonseca ordenou ao gestor de conta do Banco Do Sul a aquisição de 2.000 libras (GBP), para fazer face a despesas na viagem que agendara efetuar naquele mês a Inglaterra, para participar na primeira edição do curso de culinária de um famoso pasteleiro inglês.

O débito na conta bancária da Villalux, Lda. relativo à aquisição daquelas libras (despesas bancárias excluídas) ascendeu a 2.247,19 €. Por motivo de doença súbita, Fernando Fonseca não pôde frequentar aquela edição do curso, tendo vindo a participar numa segunda edição apenas em março de 2018. De entre outras despesas pagas com aquelas libras, Fernando Fonseca comprou, em março de 2018, um livro de receitas pelo preço de 440 GBP. Sabe-se que, em 31 de dezembro de 2017, o câmbio das libras era de EUR/GBP = 0,88 e que à data da compra do livro a taxa de câmbio era de EUR/GBP = 0,83.

Questão 18.:

O registo contabilístico da aquisição daquele livro implicou o reconhecimento de uma diferença de câmbio:

- a) Desfavorável de 35,74 €.
- b) Favorável de 30,12 €.**
- c) Favorável de 35,74 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

OCT 2017: 2000 GBP — 2 247,19 €
1 — x x = 1,123595 €
440 x 1,12359518 = 494,3818
31/12/2017 1 — 0,88 x = 440 x = 500,4
11/03/2018 1 — 0,83 x = 440 x = 530,4

No âmbito do encerramento das contas do ano de 2017, resultaram ainda algumas questões decorrentes da análise do Balancete, que carecem de esclarecimento.

O extrato do balancete da Villalux, Lda. referente às subcontas com saldo não nulo da conta "24 Estado e outros entes públicos", em 31 de dezembro de 2017, era o seguinte:

mas não se
sabia para que
se ia utilizar



07

Conta	Saldo Devedor	Saldo Credor
241 Imposto sobre o rendimento	2.220 €	
242 Retenção de impostos sobre rendimentos		6.950 €
2436 IVA – A pagar		2.150 €
2438 IVA – Reembolsos pedidos	32.435 €	
245 Contribuições para a Segurança Social		18.770 €

Questão 19.:

No balanço da Villalux, Lda., reportado a 31 de dezembro de 2017, o valor a apresentar na rubrica "Estado e outros entes públicos" deverá ser:

- ✓ a) 34.655 € no Ativo; e 27.870 € no Passivo.
- b) 32.505 € no Ativo; e 25.720 € no Passivo.
- c) 27.870 € no Ativo; e 34.655 € no Passivo.
- d) Apenas 6.785 € no Ativo.

Já em 2018, o acionista Álvaro Alves passou por dificuldades de natureza financeira. Por forma a ajudá-lo a ultrapassar o momento vivido, A 7sevenStars, S.A. emprestou-lhe, em 30 de maio de 2018, a importância de 100.000 €, mediante contrato em que ficou estabelecido que o referido empréstimo, concedido pelo prazo de 12 meses, vencia juros à taxa anual de 4%.

→ Accionista = 20% de particip.

Questão 20.:

Relativamente ao enquadramento deste empréstimo em sede de Imposto do Selo:

- ✓ enade
- a) O valor do Imposto do Selo deverá ser assim calculado: 100.000 € X 0,50%.
- b) O Imposto do Selo só será devido na data do reembolso do empréstimo.
- c) O valor do Imposto do Selo deverá ser assim calculado: 100.000 € X 0,04% x 12.
- d) A operação em causa está isenta de Imposto do Selo em função da percentagem de participação detida por Álvaro Alves.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
---	----------------------	-----------------



9

A Villalux, Lda. iniciou em junho de 2017 a construção de um prédio destinado a um novo restaurante, edificado num terreno para construção localizado na Quinta do Lago, prevendo-se a respetiva conclusão para junho de 2018.

Questão 21.:

O pedido de inscrição do referido prédio na matriz deverá ser efetuado:

- a) Nos sessenta dias seguintes à conclusão das obras do edifício, sendo o imposto devido a partir de 2019, inclusive.
- b) Nos trinta dias seguintes à conclusão das obras do edifício.
- c) Até ao final do segundo mês seguinte ao da conclusão das obras do edifício.
- ✓ **d) Nos sessenta dias seguintes à conclusão das obras do edifício, sendo o imposto devido a partir de 2018, inclusive.**

O terreno para construção do referido restaurante foi adquirido em abril de 2017 pela Villalux, Lda., à Imobiliária Vértice Lda., com sede em Viseu, mediante escritura de compra e venda, pelo valor de 125.000 €. O valor patrimonial tributário (VPT), daquele terreno, vigente à data daquela aquisição, era de 150.000 € e os gastos com a escritura e os registos ascenderam a 2.500 €.

Questão 22.:

No que se refere à referida transmissão do terreno:

- a) Não era devido IMT uma vez que se verificou a renúncia à isenção do IVA na referida transmissão.
- ✓ **b) O IMT, no valor de 9.750 €, era devido pela Villalux, Lda..**
- c) O IMT, no valor de 8.125 €, era devido pela Vértice, Lda..
- d) O IMT, no valor de 8.125 €, era devido pela Villalux, Lda..

No processo de preenchimento da declaração modelo 22 e autoliquidação do IRC da 7evenStars, S.A., o Contabilista Certificado sujeitou a tributação autónoma algumas despesas não documentadas, referentes a pagamentos efetuados e respeitantes a compras de peixe e mariscos a pescadores não identificados. A administração da 7evenStars, S.A. entende que

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
---	----------------------	-----------------



2

aquelas despesas estão documentadas e pediu ao Contabilista que retire o valor das tributações autónomas da declaração modelo 22.

Questão 23.:

Perante esta posição, o Contabilista Certificado da 7evenStars, S.A. deve:

- a) Recusar-se a enviar a declaração modelo 22, solicitando à Ordem o reconhecimento de motivo justificado.
- b) Respeitar a vontade da administração, a quem é imputável a responsabilidade pelo eventual incumprimento das obrigações fiscais.
- c) Solicitar à administração uma declaração de responsabilidade exclusiva pelo enquadramento fiscal daquelas despesas.
- ☒ d) **Submeter a** declaração com o valor das tributações autónomas.

Fernando Fonseca, Contabilista Certificado da Villalux, Lda., é também assessor fiscal do Sr. Francisco Fernandes, sujeito passivo enquadrado na categoria B de IRS, no regime simplificado, pelo exercício da atividade de prestação de serviços de hotelaria. Este faturou, em 2017, 180.000 € de prestação de serviços, tendo também recebido um subsídio à exploração de 80.000 €.

Questão 24.:

Art. 3 n.º 2 g. / Art. 28 n.º 2 e 6 e IRS

Em resultado do exposto, no ano 2018, a determinação dos rendimentos empresariais do Sr.

☒ Francisco Fernandes:

- ☒ a) Pode ser efetuada de acordo com as regras do regime simplificado.
- b) Deverá ser efetuada de acordo com as regras do regime simplificado.
- ☒ c) **Deverá ser** efetuada com base no regime da contabilidade organizada por enquadramento legal.
- d) Deverá ser efetuada com base no regime da contabilidade organizada, por opção do Sr. Francisco Fernandes.

A Contabilista Certificada Luísa Sousa, sócia do Contabilista Certificado Fernando Fonseca, recebeu uma notificação do Serviço de Finanças de Loures a solicitar-lhe a entrega dos

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº31º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão B
---	----------------------	-----------------



Q

extratos de contas de clientes e fornecedores de um antigo cliente, a quem deixou de prestar serviços após 31 de dezembro de 2016.

Questão 25.:

Face a esta notificação, a Contabilista Certificada Luísa Sousa deve:

- a) Disponibilizar à AT a informação solicitada que tenha na sua posse.
- b) Informar o Serviço de Finanças de que já cessou as funções de Contabilista Certificada daquele cliente.
- ✓ c) Informar o Serviço de Finanças que está sujeito ao segredo profissional, não podendo disponibilizar a informação solicitada sem autorização prévia do ex-cliente.
- d) Ignorar a notificação, porque se trata de um ex-cliente.

14

→ 18

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão A
--	----------------------	-----------------



Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

A Sociedade "ABC, S.A." vendeu, por 17.000 €, no ano N, uma viatura ligeira de passageiros do seu ativo fixo tangível, adquirida por 24.000 €, no ano N-3, tendo um período de vida útil de 4 anos. A empresa manifestou intenção de reinvestir a totalidade do valor de realização na aquisição de uma nova viatura comercial por 27.000 €. Considere o Coeficiente de Correção monetária de 1,03. Com vista ao apuramento do lucro tributável do ano N:

- a) Deduz a Mais-valia Contabilística no valor de 11.000 € e acresce a Mais-valia Fiscal no valor de 10.820 €.
- b) Deduz a Mais-valia Contabilística no valor de 11.000 € e acresce a Mais-valia Fiscal no valor de 5.410 €.
- c) Deduz a Mais-valia Fiscal no valor de 10.820 € e acresce a Mais-valia Contabilística no valor de 11.000 €.
- d) Deduz a Mais-valia Contabilística no valor de 5.500 € e acresce a Mais-valia Fiscal no valor de 5.410 €.

art 48

Questão 27.:

Em 2017, ano em que as vendas sujeitas a garantia foram de 600.000 €, um sujeito passivo de IRC reconheceu uma provisão para garantias a clientes no valor de 20.000 €. Nos últimos 3 anos (2015, 2016 e 2017), as vendas médias anuais sujeitas a garantia foram de 500.000 € e os gastos médios com garantias, nesses mesmos 3 anos, foram de 15.000 €. O montante da correção a efetuar ao lucro tributável de 2017:

600.000

- a) 20.000 €.
- b) 600 €.
- c) 2.000 €.
- d) Não há qualquer correção a efetuar.

Prov. garci 20.000

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão A
--	----------------------	-----------------



Questão 28.:

João Cunha, de nacionalidade portuguesa, residente em Lisboa, possui um prédio em Nova Iorque, o qual se encontra arrendado a uma instituição financeira. João Cunha, residente fiscal em Portugal:

- a) Não está obrigado a declarar os rendimentos obtidos nos EUA.
- ✓ ☒ b) **Está obrigado** a declarar os rendimentos obtidos nos EUA.
- ✓ c) É exclusivamente tributado nos EUA.
- d) Nenhuma das outras afirmações está correta.

Questão 29.:

Alzira Novais detém uma participação de capital de 20% numa pequena empresa, não cotada nos mercados regulamentado ou não regulamentado da bolsa de valores, definida como microentidade nos termos do Anexo ao DL n.º 372/2007, de 6 de novembro. No presente ano, alienou a participação de capital, obtendo uma mais-valia no valor de 10.000 €, pelo que:

- a) A mais valia é considerada em 50% do seu valor e tributada à taxa especial de 28%, com opção pelo englobamento.
- b) A mais valia é considerada em 50% do seu valor e tributada à taxa especial de 28%, sem opção pelo englobamento.
- c) A mais valia é considerada em 100% do seu valor e tributada à taxa especial de 28%, sem opção pelo englobamento.
- d) A mais valia é tributada à taxa especial de 28%, com englobamento obrigatório.

Questão 30.:

10.000

A empresa Modafel, Lda., fabricante de vestuário com sede em Guimarães, adquiriu a uma empresa, com sede na Índia, fio de algodão para fabricar roupa de casa que, de seguida, vai exportar para vários países. O algodão foi enviado pelo vendedor, a partir da sua sede, para Portugal, com destino ao adquirente. A compra do algodão é:

- ☒ a) Uma operação isenta de IVA.
- b) Uma aquisição intracomunitária de bens.
- c) Uma operação sujeita a IVA.
- d) Nenhuma das outras respostas está correta.

Falamos de uma transmissão de bens que está sujeita IM sujeita ao art. 3.º n.º 1
A exportação é de uma T.N

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão A
--	----------------------	-----------------



Questão 31.:

As comissões pagas por uma empresa com sede em Portugal, registada para efeitos de IVA em território nacional, utilizando o respetivo n.º de identificação fiscal para efetuar a aquisição, a um agente (comissionista) com domicílio em França, pelas encomendas por este angariadas junto de empresas francesas, consiste, para efeitos de IVA, numa prestação de serviços:

- ☒ a) **Localizada em Portugal**, uma vez que é neste país que se situa a sede do adquirente, sujeito passivo de IVA.
- b) Não localizada em Portugal, pois o prestador do serviço tem o seu domicílio em França.
- c) Não localizada em Portugal, pois a operação subjacente à intermediação também não é localizada em Portugal.
- d) Localizada em Portugal, no pressuposto do agente (comissionista) se registar para efeitos de IVA naquele território.

Questão 32.:

A Imobiliária X, Lda. beneficiou de isenção de IMT na aquisição de um prédio para revenda. Posteriormente revendeu esse mesmo prédio à Imobiliária Y, Lda., tendo esta também beneficiado do mesmo tipo de isenção, ao declarar na respetiva escritura que o vai destinar a revenda.

Na transmissão daquele prédio da Imobiliária X, Lda. para Imobiliária Y, Lda.:

- a) A Imobiliária Y, Lda. terá de solicitar a liquidação do IMT.
- b) A Imobiliária X, Lda. terá de solicitar a liquidação do IMT.
- c) Ambas as Imobiliárias terão de solicitar a liquidação de IMT pelas respetivas aquisições.
- d) Ambas as transmissões beneficiam da isenção de IMT na aquisição daquele prédio para revenda.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 33.:

Para efeitos de articulação entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Analítica, certa empresa decidiu implementar o sistema de contas monista. Tal decisão implicou:

- X a) Criar as designadas "contas refletidas" (classe 9). *(pqr na realidade estas contas têm que se criar!!)*
- ⇒ b) **Movimentar** contas da Contabilidade Financeira e contas da Contabilidade Analítica (classe 9). *mas pela diferenciação de contas monistas é a b)*
- c) Movimentar, apenas, contas da Contabilidade Analítica (classe 9).
- d) Movimentar, apenas, contas da Contabilidade Financeira.

Questão 34.:

A empresa SENICA produz e comercializa um único produto, tendo para tal uma capacidade para produzir, mensalmente, 10.000 unidades. No mês de abril de 2018, a empresa vendeu 7.000 unidades e produziu 8.000 unidades. Durante o mês de abril, os custos fixos industriais ascenderam a 480.000,00 € e os custos variáveis industriais e não industriais foram, respetivamente, de 60,00 €/unidade e 38,00 €/unidade. *Claval = 60 x 8000 = 480.000*

No final do mês de abril de 2018, a empresa SENICA apurou os seguintes Resultados Brutos (valores em euros):

Descrição	RB1	RB2
Vendas	1.505.000,00	1.505.000,00
Custo Industrial dos Produtos Vendidos (CIPV) + Custo Industrial Não Incorporado (CINI)	852.000,00	840.000,00
Resultado Bruto	653.000,00	665.000,00

Sabendo que em abril 2018 não havia inventários iniciais de produtos acabados, nem inventários iniciais e finais de produção em vias de fabrico, identifique o Sistema de Custeio subjacente a cada situação:

$$CIPA = \frac{480.000 + 0,18 (480.000)}{8000} = 108$$

$$CIPA = \frac{480.000}{8000} = 60$$

$$CIPA = \frac{480.000 + 480.000}{8000} = 120$$

a) O RB1 utiliza o Total Completo e o RB-2 utiliza o Variável.

b) O RB1 utiliza o Variável e o RB-2 utiliza o Total Completo.

c) O RB1 utiliza o Total Completo e o RB-2 utiliza o Racional.

✓ d) **O RB1 utiliza o Racional** e o RB-2 utiliza o Total Completo.



Questão 35.:

A empresa Desviada, Lda. apresentou a seguinte ficha de custos padrão, calculada para uma unidade do produto X:

Materiais:	5 Kgs a 1,50 €/ Kg
Mão-de-Obra Direta (MOD):	2 horas a 4,00 €/hora
Gastos Gerais Fabrico (GGF):	2 horas a 2,00 €/hora

Sabe-se que em determinado mês foram requisitados 5.000 kgs de materiais a 1,25€/Kg para a produção, que segundo as folhas de pagamento a MOD ascendeu a 2.100 horas a 5,00€/hora e que os GGF ascenderam a 4 000,00 €.

Considere que a produção acabada foi de 1.000 unidades, que o inventário inicial de produção em curso era zero e que o inventário final de produção em curso era de 100 unidades as quais se encontravam com um nível de acabamento de 100% de materiais, 60% de MOD e 40% de GGF. O desvio da MOD é de:

$$\text{Desvio P MOD} \Rightarrow QR (PR - PP)$$

$$2100(5 - 4) = 2100 \text{ desf.}$$

a) 2 020 € Favorável.

b) 2 020 € Desfavorável.

c) 2 500 € Favorável.

d) 2 500 € Desfavorável.

$$\text{Desvio Q MOD} \Rightarrow PP (QR - QP)$$

$$4(2100 - 2000) = 400 \text{ desf}$$

$$\text{DTOTAL MOD} = 2100 + 400 = 2500 \text{ desf}$$

Questão 36.:

Uma agência de viagens tem uma oferta turística designada por "Destinos Nacionais" para satisfazer as necessidades dos seus clientes que não viajam para o estrangeiro. O volume de vendas no ano "N" dos "Destinos Nacionais" foi de 780.000,00 €. De forma a efetuar o orçamento para os próximos anos prevê-se, com base no ano "N", um crescimento de 5%/ano do volume de vendas dos "Destinos Nacionais".

O volume de faturação dos "Destinos Nacionais, desta agência de viagens, previsto para o ano "N+2" foi de:

$$AN N = 780000$$

$$AN N+1 = 780000 \times 1,05 = 819.000$$

$$AN N+2 = 819.000 \times 1,05 = 859.950$$

a) 880.000,00 €.

b) 773.955,00 €.

c) 810.000,00 €.

d) 859.950,00 €.



As

Questão 37.:

Uma empresa industrial produz e comercializa um único produto. Após análise detalhada da empresa, o Contabilista conseguiu reunir os seguintes elementos contabilísticos referentes ao ano N:

Vendas	980.000 toneladas a 1,30 €/tonelada	1.274.000
Produção	980.000 toneladas	1.100.000 x 1,30 =
Custos industriais fixos	350.000,00 €	
Custos industriais variáveis	320.000,00 €	-56.000
Custos não industriais fixos	290.000,00 €	
Custos não industriais variáveis	196.000,00 €	

RAI = 118.000

Face às perspetivas favoráveis do mercado para o ano N+1, a empresa pretende aumentar a sua produção e vendas para 1.100.000 toneladas, através de um investimento que ocasionará um acréscimo nos custos fixos industriais de 30% e um decréscimo nos custos variáveis industriais no valor de 56.000,00 €.

Com base nos elementos indicados, o Resultado Operacional da empresa no ano N+1 será:

- ✓ a) Superior em 107.000,00 € em relação ao ano N.
- b) Superior em 83.000,00 € em relação ao ano N.
- c) Inferior em 29.000,00 € em relação ao ano N.
- d) Inferior em 83.000,00 € em relação ao ano N.

171B

Ano N

1.274.000 vendas

350.000

320.000

604.000

Ano N+1

1.100.000 x 1,30 = 1.430.000

455.000

264.000

711.000

118.000

107.000 €



Questão 38.:

Uma determinada empresa que se dedica à produção de calçado apresentou a seguinte informação respeitante ao mês de março de 2018:

Descrição	Valor (€)
Depreciações do equipamento fabril (duodécimo)	4.500,00
Salários e encargos do pessoal fabril	16.000,00
Compras de matérias-primas	22.050,00
Salários e encargos dos encarregados da fábrica	9.600,00
Energia elétrica da fábrica	2.450,00
Renda do escritório	2.750,00
Material de publicidade e propaganda	2.600,00
Compras de matérias subsidiárias	12.000,00
Ordenados e comissões dos vendedores	4.000,00
Água da fábrica	1.200,00
Material de escritório consumido	750,00
Combustíveis das viaturas dos vendedores	1.850,00
Conservação e reparação do equipamento fabril	800,00

Atenção Subsidiária
 Sem GGF!

Sabe-se ainda que não existiam inventários iniciais de matérias e que os inventários finais de matérias-primas e subsidiárias foram de 1.350,00 € e de 650,00 €, respetivamente. Os inventários de produtos acabados e de produtos em curso são nulos. Com base na informação apresentada, os gastos de conversão desta empresa no mês de março de 2018 totalizam:

- a) 45.900,00 €.
- b) 51.250,00 €.
- c) 53.100,00 €.
- d) 48.650,00 €.

$$GC = GGF + MOD$$

$$GGF = 4500 + 12000 + 1200 + 800 = 18500 - 650 = 17850$$

$$MOD = 16.000 + 9600 + 2450 = 28050$$

$$45.900 //$$

=> não responde!



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 39 A 46, A SEGUIR, VERÁ SER COM BASE NO SNC

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA

COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:

Questão 39.:

A 4&30, S.A., é uma sociedade cujo capital próprio, em 30 de junho de N, ascendia a 160.000 € e o capital social a 100.000 €, representado por 100.000 ações com o valor nominal de 1 €. Foi deliberado proceder a um aumento do capital social para 140.000 €. Este aumento de capital, não gerou qualquer alteração no valor nominal das ações já existentes e será efetuado do seguinte modo: metade mediante incorporação de reservas e a outra metade mediante entradas de capital.

As ações a emitir, também com o valor nominal de 1 € cada, serão colocadas à subscrição por um preço correspondente ao valor contabilístico, em 30 de junho de N das ações já existentes, sendo a realização efetuada mediante entregas de dinheiro. Após aquela operação de aumento do capital social:

a) O capital próprio da sociedade aumentará em 32.000 €.

b) O capital social aumentará em 24.000 € / 40.000

c) O ativo da sociedade aumentará em 40.000 €.

d) O prémio de emissão ascenderá a 64.000 € = 12.000

o valor da subs = 20.000 $\times$ 1,6 = 32.000

51	52 Pat	56
100.000	20.000	20.000
1) 20.000		
2) 20.000		
		≠ 0

$$\frac{160.000}{100.000} = 1,6 \text{ (vc das ações)}$$

72
32.000

VS = 20.000 x 1,6 = 32.000
aumento do fce
Prémio EMI

Questão 40.:

Em fevereiro de 2017, a ACCI, S.A., que apura resultados anuais em 31 de dezembro, adquiriu 20.000 ações de uma sociedade com valores cotados em bolsa ao preço unitário de 3,5 €. O banco que intermediou a aquisição debitou, ainda, 120 € pelos serviços prestados nesta operação.

Aproveitando a subida do preço daquelas ações, em 30 de abril de 2017 a ACCI, S.A. efetuou a venda de 15.000 ações pelo preço unitário de 4,5 €, que correspondia ao seu valor de cotação em bolsa naquela data. Não se tendo verificado qualquer outra operação de compra ou venda de ações, no balancete reportado a 30 de abril de 2017 as ações em carteira deverão apresentar uma quantia escriturada de:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão A
--	----------------------	-----------------



a) 22.500 €.

Compra: D 142 70.000
D 6 120
C 12 70120

Venda: 15.000 x 4,5
= 67.500 //

b) 17.500 €.

D 142 20.000
C 77 20.000
Reconciliado JV

c) 17.530 €.

Venda: D 12 > 67.500
C 142

d) 22.530 €.

NCRF 27 pág 11

Logo: 90.000 - 67.500 = 22.500

Questão 41.:

A sociedade Carpe Carpi, Lda. Dispunha, no mês de dezembro de 2017, da seguinte informação relativa à conta de depósitos à ordem no Banco CCPP, com vista à preparação da respetiva reconciliação bancária:

- O tesoureiro tinha em seu poder um cheque de 10.890 € de um cliente, devolvido pelo banco por falta de provisão. Esta devolução, assim como as respetivas despesas bancárias debitadas pelo Banco CCPP no valor de 12,5 €, ainda não haviam sido registadas na contabilidade da empresa.
+ 10.902,50
- Os juros do Depósito a Prazo da Carpe Carpi, Lda., creditados na conta à ordem do Banco CCPP em dezembro de 2017, ainda não haviam sido contabilizados pela empresa. O valor bruto dos juros ascendeu a 1.800 €, os quais foram sujeitos a retenção na fonte à taxa de 25%.
 $1800 \times 0,25 = 450$ $1800 - 450 = 1350 (-)$
- De igual modo, faltava o registo contabilístico da transferência bancária referente a um reembolso de IVA no valor de 43.870 €, creditada em dezembro de 2017 pelo banco.
43870 (-)
- A sociedade Carpe Carpi, Lda. ordenou ao Banco CCPP, em 30 de dezembro de 2017, a transferência de 50.000 USD para pagamento da totalidade da sua dívida ao fornecedor americano UNCLESAM. Esta transferência, que gerou um débito no extrato bancário de 41.910 €, apenas foi executada pelo Banco CCPP em 4 de janeiro de 2018, embora a empresa a tenha registado contabilisticamente, por aquele montante em euros, ainda em dezembro de 2017. A quantia escriturada da respetiva dívida do fornecedor era de 42.050 €.
41910 (-)

Sabendo que, em 31 de dezembro de 2017, o valor do saldo bancário em depósitos à ordem no Banco CCPP era de 93.750 €, o montante do saldo contabilístico da conta "Depósitos à ordem" naquela data deverá ser:

$93.750 + 10.902,50 - 1350 - 43870$
 $- 41.910 = 17522,50 //$

a) 17.072,50 €.

b) 17.382,50 €.

c) 17.522,50 €.

d) Nenhum dos anteriores.

Sua?



Questão 42.:

A sociedade JaPlus, Lda. apresentou os seguintes movimentos no mês de dezembro do ano N, em relação à mercadoria JP:

Dia	Descrição	Quantidade	Custo unitário
2	Existência inicial	50	3,00 €
7	Compra	1.600	3,20 €
16	Compra	2.000	3,25 €
20	Compra em trânsito (o fornecedor é responsável pelas mercadorias até à sua <u>entrega no armazém da JaPlus, Lda., o que apenas ocorrerá em janeiro de N+1</u>). logo não entra em custo.	1.000	3,50 €
21	Venda	3.200*	

*Nesta quantidade estavam incluídas 200 unidades enviadas à consignação, das quais, em 31 de dezembro de N, apenas 50 ainda não haviam sido vendidas pelo cliente. Temos de considerar ainda + 150

Indique o valor do inventário final da mercadoria JP, caso a sociedade utilize o FIFO como critério de custeio das saídas de armazém, considerando que a JaPlus, Lda. adota o sistema de inventário permanente na contabilização dos seus inventários:

a) 1.750 €.

✓ b) 1.625 €.

c) 1.590 €.

d) Nenhum dos anteriores.

EXL

$$50 \times 3 = 150$$

$$1600 \times 3,2 = 5120$$

$$2000 \times 3,25 = 6500$$

Venda

$$50 \times 3 = 150$$

$$1600 \times 3,2 = 5120$$

$$1500 \times 3,25 = 4875$$

Final = $500 \times 3,25 = 1625 €$

Questão 43.:

Em 31 de dezembro do ano N, a sociedade XYZ, Lda. reconheceu contabilisticamente como imparidade o valor total da dívida de um cliente estrangeiro (consumidor final), no montante de 2.560 €, a qual se encontrava em mora há 14 meses (pelo que apenas 50 por cento é gasto do período aceite fiscalmente).

A empresa efetuou sucessivas diligências para cobrar o valor em dívida, existindo por isso prova objetiva da referida imparidade, nenhuma das quais com sucesso. Sabe-se, contudo, que à data do encerramento de contas do ano N a XYZ, Lda. não havia ainda reclamado judicialmente aquele



A7

crédito, até porque a sociedade tem gerado (e é expectável que assim continue nos próximos anos) avultados lucros.

Sabendo que a taxa de IRC em N e N+1 é de 22,5% (derrama incluída), em 31 de dezembro de N a sociedade XYZ, Lda. deverá ter efetuado, além do reconhecimento da dívida como de cobrança duvidosa, o(s) seguinte(s) registo(s):

Reconhecimento PI => 26511

a) Débito de "6511 Perdas por imparidade - Em dívidas a receber - Clientes" / Crédito de "219 Clientes - Perdas por imparidade acumuladas" por 1.280 €.

*Base Cost. 2560
Ajust. fis. 1.280*

1.280 x 0,225 = 288

b) Débito de "6511 Perdas por imparidade - Em dívidas a receber - Clientes" / Crédito de "219 Clientes - Perdas por imparidade acumuladas" por 2.560 €.

*Impostos
diferidos
pela parte
a ser decaída
fiscal/*

*Logo a
resposta
seria a*

(C) ñ

c) Débito de "6511 Perdas por imparidade - Em dívidas a receber - Clientes" / Crédito de "219 Clientes - Perdas por imparidade acumuladas" por 2.560 €; e Débito de "2741 Impostos diferidos - Ativos por impostos diferidos" / Crédito de "8122 Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período - Imposto diferido" por 288 €.

d) Débito de "6511 Perdas por imparidade - Em dívidas a receber - Clientes" / Crédito de "219 Clientes - Perdas por imparidade acumuladas" por 2.560 €; e Débito de "8122 Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período - Imposto diferido" / Crédito de "2742 Impostos diferidos - Passivos por impostos diferidos" por 288 €.

Questão 44.:

A sociedade VacaLusa, Lda. dedica-se à criação de animais, tendo adquirido recentemente 50 vacas para reprodução, de raça Mirandesa, pelo custo total de 44.000 € (IVA excluído). De acordo com a consulta das cotações no Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA), na data daquela compra, o justo valor de cada vaca reprodutora é de 840 €. *JV = 50 x 840 = 42.000*

Sabendo que a VacaLusa, Lda. aplica a Norma Contabilística para Microentidades, aquelas 50 vacas

terão sido reconhecidas aquando da sua aquisição a débito da subconta:

Entidades que aplicam a NCM e exigem a atividade agrícola devem manter a classificação dos animais e plantas vivas como ativos fixos tangíveis (1.2.2 p) outros biológicos consumíveis com inventários (1.2.2)

a) "3721 - Ativos biológicos - De produção - Animais" por 42.000 €.

b) "3721 - Ativos biológicos - De produção - Animais" por 44.000 €.

c) "433 - Ativos fixos tangíveis - Equipamento básico" por 44.000 €.

d) "436 - Ativos fixos tangíveis - Equipamentos biológicos" por 44.000 €.

Considero Gado (vacas) ativo consumível, pois é destinado à produção de carne e gado destinado para venda.

Logo é inventário!

Logo que deve ser reconhecido ao valor do custo ou VRL (o + baixo)

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão A
--	----------------------	-----------------



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 45.:

Terminado o processo de candidatura a membros da Ordem, os contabilistas certificados António e João pretendem constituir uma sociedade de contabilidade. O que devem fazer?

- ✓ ☒ a) **Constituir** uma sociedade comercial e solicitar o registo do respetivo diretor técnico.
- b) Apresentar ao conselho diretivo da Ordem uma proposta de pacto social da sociedade para aprovação.
- c) Devem constituir uma sociedade civil ou comercial e, no prazo de 30 dias, proceder à sua inscrição na Ordem como sociedade de profissionais.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 46.:

O registo do contabilista certificado como diretor técnico é obrigatório para:

- a) Todas as entidades que, dispondo contabilidade organizada, sejam obrigadas a contratar um contabilista certificado para cumprimento das suas obrigações fiscais e contabilísticas.
- b) Todas as sociedades de profissionais e de contabilidade que prestem serviços de contabilidade.
- c) **Todas as sociedades de contabilidade e seus estabelecimentos.**
- ✓ ☒ d) Apenas para as sociedades de contabilidade.

Questão 47.:

A intervenção do contabilista certificado, em representação dos sujeitos passivos por cujas contabilidades sejam responsáveis, no processo gracioso:

- a) Está limitada a processos de reduzido valor.
- b) Deve ser feita em parceria com um advogado.
- ✓ ☒ c) **Restringe-se** às questões relativas ao apuramento do imposto e cumprimento das obrigações declarativas.
- d) Não é admissível, face às competências dos advogados.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	30 junho 2018	Versão A
--	----------------------	-----------------



Questão 48.:

A publicidade dos serviços prestados em exclusivo por contabilistas certificados:

- a) É proibida.
- b) Pode ser feita mediante pedido expresso de um cliente.
- c) **Pode ser feita por** contabilistas certificados, sociedades de profissionais e sociedades de contabilidade.
- d) Está sujeita apenas as normas legais sobre publicidade e concorrência.

Questão 49.:

O sigilo profissional a que o contabilista certificado está obrigado cessa:

- a) Sempre que estejam em causa infrações fiscais.
- b) **Quando de tal** seja dispensado pela entidade a quem prestam serviços ou por decisão judicial.
- c) Sempre que esteja em causa o bom nome e dignidade profissional do contabilista.
- d) Todas as anteriores.

Questão 50.:

O princípio da responsabilidade significa que:

- a) **O contabilista** certificado pode ser responsabilizado subsidiariamente pelo imposto devido pelos seus clientes se tiver violado o dever de regularidade técnica a que está obrigado.
- b) O contabilista é responsável pelo atos praticados pelos seus colaboradores.
- c) O contabilista certificado é responsável pelo cumprimento das obrigações fiscais dos seus clientes.
- d) O contabilista certificado é responsabilizado disciplinarmente pela violação dos deveres estatutários e deontológicos.